



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 11/2013

SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE JUNHO DE 2013

----- Aos catorze dias do mês de junho do ano dois mil e treze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Silvino Manuel Gomes Sequeira, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da do artigo 17º do Regimento do Funcionamento das Reuniões da Câmara Municipal, foi justificada a falta da Senhora Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso, por motivos de agenda. A Presidente da Câmara justificou ainda a ausência da Vereadora Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo no início da reunião que iria chegar com um pequeno atraso. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Senhora Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: um milhão cento e quarenta e três mil quatrocentos e trinta e dois euros e sessenta e quatro centimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e trinta e sete mil setecentos e catorze euros e setenta e dois centimos. -----

----- COMPETÊNCIA DELEGADA -----

----- Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, o Vereador Carlos Fernando Frazão Correia proferiu despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, bem como da Subunidade de Contabilidade – neste último caso referente à décima primeira Alteração/Modificação ao Orçamento 2013, Receita/Despesa – nona Alteração

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

/Modificação às Grandes Opções do Plano 2013, Atividades Mais Relevantes - décima Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano 2013, Plano Plurianual de Investimentos e a ainda a listagem dos compromissos plurianuais, os quais constam da pasta de documentos anexos a esta ata. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se congratular pelo facto de estar já sanada a situação que levantou há um tempo atrás numa das reuniões de Câmara relativa a vedação do terreno na Praça da República. -----

----- Seguidamente referiu-se à renovação da assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal, a Desmor e o Comité Olímpico e congratulou-se por isso justificando que projetos como aquele, que tanto dignificam Rio Maior, se mantêm com pleno vigor e em atividade. -----

----- Concluindo questionou acerca das notícias que tem saído na comunicação social acerca do pagamento, ou não, do subsídio de férias e qual a posição da Câmara Municipal de Rio Maior em relação a esta situação. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou a intervenção por se congratular pela assinatura do protocolo com o Comité Olímpico. -----

----- Referindo-se a uma questão por si levantada em anterior reunião de Câmara, o estacionamento da Rua Almirante Cândido dos Reis, disse que a reformulação efetuada foi definitivamente de enaltecer mas que na altura teve oportunidade de lembrar que alguns direitos ou consignações que tinham sido decididas em reunião de Câmara relativamente ao estacionamento, que com aquela intervenção, ficaram em causa. Continuou dizendo que porque se trata de uma zona com diversos serviços e comércio, o traçado da via e do estacionamento que foram definidos dificilmente permitem que haja condições para cargas e descargas. Salientou ainda que não foram revogadas as decisões relativamente à concessão de estacionamentos naquela zona, tendo a Câmara apenas retirado os sinais existentes. Questionou acerca da possibilidade da criação de pelo menos um lugar de cargas e descargas, com um horário definido, pela importância que este teria para os comerciantes e para a regular circulação de veículos na zona. -----

----- Lembrou também um pedido já efetuado pela associação “Malaqueijo Solidário” que se refere à cedência de uma sala das escolas devolutas de Malaqueijo e reforçou

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

que esta associação, dentro das valências que tem, sendo uma a das ajudas técnicas e que esse equipamento está numa sala que foi cedida na Arruda dos Pisões e que se percebe que cada vez que é necessário algum equipamento tem que se ir à Arruda dos Pisões, o que traz alguns constrangimentos. Acrescentou que na altura foi dito em reunião de Câmara que essa cedência dependia também dos Presidentes de Junta e afirmou que tanto quanto sabe o Presidente da Junta de Freguesia de Malaqueijo já disse que não iria intervir nesse processo e que deveria ser a Câmara a decidir. Pediu, por isso, uma atenção para com aquela associação que vem fazendo um serviço relevante não só para Malaqueijo mas para o concelho de forma a facilitar e a agilizar esse procedimento, como tem vindo a ser feito em outros locais. -----

----- Por fim, lembrou o pedido que efetuou há já algumas reuniões de lhe ser facultada, para seu conhecimento, documentação sobre contratos de avença, tendo na altura sido confirmado que estes seriam disponibilizados e que até há data ainda não lhe foram entregues. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se congratular pelos resultados dos atletas do Clube de Natação de Rio Maior e pelas medalhas ganhas por alguns dos viticultores do concelho indicando a cada vez maior qualidade dos vinhos aqui produzidos. -----

----- Destacou também o facto de um ex-vereador da Câmara Municipal, José Guilherme da Costa, ter sido condecorado pelo Presidente da República nas comemorações do dia 10 de junho, destacando-o como impulsionador da indústria e da agro-pecuária e como investidor determinante no desenvolvimento de Rio Maior nas mais diversas áreas. Disse que um voto de congratulação da Câmara Municipal de Rio Maior seria da mais elementar justiça em relação a uma pessoa que nos últimos trinta anos tanto deu ao concelho. -----

----- Destacou ainda o facto de alunos da Escola Profissional de Rio Maior terem ganho prémios internacionais pelo trabalho desenvolvido, demonstrando mais uma vez a dedicação e o empenho dos alunos, da direcção e de todos aqueles que lá trabalham.-----

----- Informou que em relação ao busto do senhor Marcolino Nobre está agendada uma reunião com um escultor do norte. -----

----- No que se refere ao estacionamento esclareceu que a comissão de trânsito decidiu, na reunião que se realizou em maio, colocar paralelamente ao lugar de estacionamento reservado para pessoas com deficiência, um lugar para utentes e em frente à farmácia dois lugares para cargas e descargas. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que em relação à condecoração do senhor José Guilherme tinha já preparado um voto de congratulação que colocou à votação que, sendo aprovado, do mesmo deverá ser dado conhecimento ao próprio (anexo 1). -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Antecedendo a votação sugeriu que para além de se reconhecer a atividade empresarial fosse igualmente reconhecida a sua atividade pública. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Concordou com a sugestão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Após a votação, e relativamente aos assuntos falados, salientou que a assinatura da renovação do protocolo com o Comité Olímpico de Portugal reflete a continuidade e o também o reconhecimento, não só da importância dos serviços que se pode oferecer por esta via aos atletas, mas também pela contribuição que pode ser dada para o desporto nacional, nomeadamente na preparação para os jogos olímpicos de 2016. ---

----- Referiu também a assinatura do protocolo com a Federação Portuguesa de Futebol que define Rio Maior como a “casa” das seleções de futebol, que reconheceu a excelência dos equipamentos e a capacidade para acolher as diversas atividades promovidas por aquela federação. -----

----- Quanto aos subsídios de férias aos trabalhadores informou que a Câmara Municipal de Rio Maior tem condições e suporte legal para efetuar o pagamento e que o irá fazer no mês de junho. -----

----- Relativamente à questão da cedência de sala à associação “Malaqueijo Solidário” informou que o assunto está a ser tratado. -----

----- Acerca da avença disse que iria solicitar a informação à Escola Profissional de Rio Maior e providenciar a documentação necessária para fazer chegar ao Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida. -----

----- Informou ainda que decorreu na biblioteca um workshop sobre o Contrato Local de Desenvolvimento Social + (CLDS+) com todos os elementos do Conselho Local de Ação Social (CLAS) com o objetivo de preparar o plano de ação na área social e rever o diagnóstico social do concelho. -----

----- Endereçou a todos o convite para a participação no evento “Sal e Templários” que se realizará a 13 de 14 de julho nas Marinhas do Sal, organizado pela Unidade de Cultura e Turismo da Câmara Municipal, e que comemora os oitocentos e trinta e seis anos da escritura da venda das salinas aos Templários numa recriação da cerimónia da escritura. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

----- (A Vereadora Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo entrou neste momento na reunião). -----

----- Por fim, propôs a alteração da data da segunda reunião ordinária do mês de junho para o dia 24 de junho, em hora a confirmar com membros do executivo municipal, justificada pelo facto de haver assuntos a submeter, em tempo oportuno, à análise e aprovação da Assembleia Municipal, que se realizará no próximo dia 29 de junho, e que nesta data não estavam ainda finalizados. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RIO MAIOR – RELATÓRIO 2012 -----

----- CURSO DE GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – GEPAL -----

----- ENTRADA EM OPERAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO ZERO-----

----- LEI QUE ESTABELECE AS BASES GERAIS DA POLÍTICA PÚBLICA DE SOLO, DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE URBANISMO – PARECER DA ANMP-----

----- RELATÓRIO DO 1º TRIMESTRE 2013 – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – GESTÃO DE FUNCIONAMENTO DA CRECHE DE MALAQUEIJO -----

----- ATRIBUIÇÃO DE CAL POR FREGUESIAS DO CONCELHO DE RIO MAIOR – 2013 ----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 68º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

----- DESPACHO N.º 7/VICE-CF/2013 (3 DE JUNHO) – CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA -----

----- A Presidente da Câmara deu conhecimento do despacho emitido, para ratificação pela Câmara Municipal, e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 7/VICE-CF/2013, exarado ao abrigo do n.º 3 do artigo 68º da Lei n.º 169/1999, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que determinou a emissão da certidão de destaque de parcela n.º 130 de 04/06/2013. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

----- DESPACHO N.º 8/VICE-CF/2013 (5 DE JUNHO) – CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – BENEFICIAÇÃO DO CM 1300-1, LIGAÇÃO CASAL DA VELHA – VALTEIRA – IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA -----

----- A Presidente da Câmara deu conhecimento do despacho emitido, para ratificação pela Câmara Municipal, e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 8/VICE-CF/2013, datado de 5 de junho, exarado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou indeferir a Impugnação Administrativa apresentada pelo concorrente Cimalha – Construções da Batalha, S.A., bem como a notificação do concorrente da presente decisão. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

----- PEDIDO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - FATURAÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2013 – JOSÉ RIBEIRO DAVID -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a anulação do respetivo processo de execução fiscal. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- MAPA DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE RIO MAIOR – EMISSÃO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a emissão do respetivo mapa de horário do estabelecimento, conforme disposto no artigo 14º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Rio Maior. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- SIADAP 1 – RATIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DAS UNIDADES ORGÂNICAS DO ANO DE 2012-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar a avaliação das Unidades Orgânicas atribuídas pelo respetivo membro do órgão executivo. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ E DADOS PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS – ANOS 2013/2014/2015/2016 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL (LCPA – L 8/2012 DE 21.02) -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter a aprovação da Assembleia Municipal para autorização para abertura de procedimento de concurso público, o qual implicará a repartição de despesa em mais do que um ano económico, nos termos do n.º 1 do art.º 22 do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, em vigor por remissão da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, o qual será desencadeado no âmbito da Central de Compras Eletrónica da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) e autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- UNIDADE DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À EXECUÇÃO DE PEQUENAS OBRAS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a aprovação do projeto de Regulamento Municipal de Apoio à Melhoria das Condições Habitacionais de Estratos Sociais Desfavorecidos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

----- Disse haver uma conexão entre este assunto e o que foi falado na última sessão de Câmara e congratulou-se com a apresentação deste documento. -----

----- Solicitou que lhe fosse esclarecido quem irá executar as obras referidas no regulamento e disse que esta seria uma oportunidade que se coloca ao executivo municipal de tentar, dentro da legalidade e do possível, de enquadrar o elevado

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

número de desempregados ligados à construção civil no concelho de Rio Maior. Salientou que se fosse possível fazer a conexão entre as necessidades para execução dos trabalhos e os desempregados na área seria benéfico para ambas as partes e também para a economia local. Disse ainda acreditar que o executivo terá a criatividade para ultrapassar algum obstáculo com vista à resolução de parte de um problema desta dimensão. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que na modificação orçamental feita está prevista uma verba para os programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional num total de cinquenta pessoas que se pretende integrar nas candidaturas para estágios profissionais até aos trinta anos e para pessoas em situação de desemprego que poderão ser recrutadas, ou seja, pretende-se fazer uma relação entre a execução dos trabalhos previstos neste regulamento integrando pessoas em situação de desemprego, reforçando que esta é a única forma de recrutamento possível para a administração pública no momento. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Sugeriu, como em anterior reunião, que fosse analisada a viabilidade de a própria Câmara apoiar pessoas que estão no desemprego a criar a sua própria pequena empresa, no sentido de poderem concorrer a pequenas obras que entretanto surjam. Disse saber que existem hoje problemas administrativos e legais, mas considerou esta uma situação de emergência nacional que é reconhecida a todos os níveis. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Afirmou que as pessoas que estão em situação de desemprego quando fazem o controle da apresentação quinzenalmente no Gabinete de Inserção Profissional, que funciona agora no mesmo local, que o Centro de Negócios e incubadora de empresas fazem o respetivo encaminhamento sem qualquer encargo para as pessoas perceberem como podem desenvolver o processo de criar o seu próprio negócio. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Insistiu dizendo que se a Câmara Municipal liderar este processo o impacto na população é diferente, porque ir ao Instituto de Emprego e Formação Profissional é algo generalizado e se for uma iniciativa local reflectir-se-á num conforto para as pessoas. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Congratulou-se com a apresentação deste documento e, tratando-se de um regulamento, não irá discutir as cláusulas nele constantes porque estes não são imutáveis e podem ser sempre melhorados após a sua aplicação prática. Considerou ainda que esta pode ser uma resposta, ou ajudar a uma resposta, que a Câmara tem obrigação de dar e que, no seu entender, deve dá-la de uma forma integrada, aproveitando todos os recursos, seja financeiros,

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

técnicos e humanos no sentido de tentar ajudar na resolução dos problemas das pessoas. -----

----- Acrescentou que gostaria de ver expressa no documento a possibilidade de a Câmara também poder delegar esta função nas Juntas de Freguesia e instituições, ou seja, em estruturas que possam aparecer com alguma inovação, estruturas embrionárias de pessoas que não querendo, ou não podendo, constituir empresas, podem funcionar em grupo oferecendo serviços aos quais se poderá recorrer para este tipo de função. -----

----- Afirmou ter que existir um espírito aberto e de interação entre as diversas instituições e reforçou que, na sua visão, a Câmara deve ser motor, deve ser coordenador, deve ser factor de aglutinação das diversas entidades e deve liderar este processo. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Considerou que este poderá ser o “pontapé de saída” para o desenvolver de várias ações em prol da população que mais necessita, pela cedência de materiais, apoio financeiro ou pela criação de emprego. Salientou que a apresentação deste documento à Câmara para aprovação, é no sentido de ficar à disposição da comunidade, querendo com isso dizer que todas as instituições serão bem-vindas para colaborar com a Câmara, e que esta estará disponível para ser o elemento agregador e o motor da integração. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **GABINETE DE APOIO JURIDICO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA** -----

----- **CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO DA EX-ESCOLA PRIMÁRIA DE CHÃOS – COOPERATIVA “TERRA CHÃ”, DESENVOLVIMENTO LOCAL, ARTESANATO E SERVIÇOS, C.R.L. – CONTRATO COMODATO**-----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a aprovação da cedência do prédio identificado na mencionada informação, através de contrato de comodato, pelo período de 12 anos eventualmente renovável, a celebrar com a Cooperativa “TERRA CHÃ” – Desenvolvimento Local, Artesanato e Serviços, C.R.L. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DEPÓSITO DE ÁGUA DO QUINTÃO – AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a Câmara Municipal avocar a competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redação, delegada na Presidente da Câmara através da deliberação tomada em reunião do dia 09 de dezembro de 2009, para, neste caso concreto e de acordo com a informação em apreço e aprovar a aquisição de uma parcela

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

de terreno com 109 m², sito no Quintão, freguesia e concelho de Rio Maior, onde se encontra implantado o depósito de abastecimento de água, pelo montante de € 7.500,00. -

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO ----

----- FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES, ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO CONCELHO DE RIO MAIOR – PROC. 99/2010/DCC – RESTITUIÇÃO DE CAUÇÃO-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o cancelamento do seguro de caução nº 1501/200726636, emitido pela Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., no valor de 29.749,01€ -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO (DESPESA) E 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (ATIVIDADES MAIS RELEVANTES) 2013----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a aprovação da proposta de Modificação Orçamental – 3ª Revisão ao Orçamento (Despesa) e 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano (Atividades Mais Relevantes) 2013, e, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

---UNIDADE DE OBRAS PÚBLICAS, ESPAÇO PÚBLICO, EQUIPAMENTOS E APOIO ÀS FREGUESIAS -----

----- PROPOSTA DE PROCEDIMENTO – CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL – 4ª FASE (PROJ.331 2009/84-10) -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a autorização para a abertura do procedimento para a empreitada denominada “Construção e Beneficiação de Troços da Rede Rodoviária Municipal - 4ªfase”. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

----- Questionou se este assunto preconiza a concretização da hipótese de candidatura ao programa operacional que há alguns meses atrás foi presente à Câmara no montante de cerca de um milhão e novecentos mil euros e, sendo o caso, perguntou se efetivamente a construção e beneficiação deste troço se inclui nessa fase. -----

----- Disse ainda que gostaria também de saber qual é a comparticipação comunitária, se são os oitenta e cinco por cento, e se o investimento da Câmara Municipal, neste conjunto de projetos que corporizam a candidatura, se traduz num esforço financeiro da Câmara Municipal de cerca de trezentos mil euros. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu que efetivamente este assunto já tinha sido presente à câmara mas que na fase de aprovação do Inalentejo foram levantados alguns problemas pelo facto de serem todas as obras e efetuar por ajustes diretos, traduzidas num elevado montante, e justificou esta opção por se tratar de um grande número de obras e que o prazo dado para apresentação dos projetos para candidaturas ter sido de apenas quinze dias. Mediante este entrave foi decidido que sete das candidaturas avançariam por ajuste direto e estas restantes oito por concurso público. -----

----- Informou que a comparticipação é de oitenta e cinco por cento e implica um investimento global da Câmara de cerca de trezentos mil euros. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM AUTOTANQUES REALIZADO PELA ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RIO MAIOR – DEFINIÇÃO DE TARIFA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que o preço a determinar, mediante orçamento dos serviços, para o “fornecimento de água em autotanques, salvo quando justificado por interrupções de fornecimento”, deve ter em conta o valor da tarifa variável que é cobrada aos restantes utilizadores e se encontra definida no capítulo I do Tarifário de Abastecimento de Água do Município. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E MÉDIA TENSÃO – CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para abertura de procedimento de concurso público, para aquisição de energia o qual implicará a repartição de despesa em mais do que um ano económico, nos termos do n.º 1 do art.º 22 do Decreto-Lei 197/99, de 8

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

de junho, em vigor por remissão da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro e a autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

--- UNIDADE DE URBANISMO, PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- **PEDIDO DE CERTIDÃO DE ÁREA CEDIDA PARA DOMÍNIO PÚBLICO, SITA NA RUA PENEDO FURADO, N.º 11, PORTELA DE TEIRA, FREGUESIA DE ALCOBERTAS, EM NOME DE ALBERTO NEVES LAURENTINO**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o n.º 2703/20020319, inscrito na matriz urbana sob o artigo 1890, cedeu para o domínio público a área de 72 m2, que foram integrados na Rua Penedo Furado. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **LICENÇA ADMINISTRATIVA PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO, SITO EM PORTO MARINHO, MARINHAS DO SAL, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ÁLVARO CARDOSO ASCENSO DOS SANTOS – INDEFERIMENTO**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é indeferir o pedido de licenciamento, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 24º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº26/2010, de 30 de Março. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Lamentou que passados tantos anos após o início deste procedimento não se tenha conseguido resolver a situação e disse que em determinado momento do processo, no anterior executivo, fez um despacho para que fosse marcada uma reunião com o IGESPAR, que fossem verificados os impactos nas redes públicas e que se fizesse uma reunião com o promotor no sentido de possibilitar, face ao investimento que poderia gerar. Constatou que não se conseguiu fazer a reunião com a entidade referida e não se conseguiu sensibilidade do promotor para rever o processo traduzindo-se na não realização daquele investimento em Rio Maior. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

----- Continuou dizendo que, mais do que se pronunciar sobre o indeferimento, gostaria que fosse feita uma reflexão do que são os procedimentos da Câmara, as suas consequências e sobre o envolvimento de outras instituições. Disse não querer culpabilizar a Câmara e os serviços, mas sim fazer uma reflexão sobre o facto de num período de tanta dificuldade para os empresários investirem pela falta de garantias de retorno, havendo uma possibilidade, por circunstâncias várias, não ser concretizável passados tantos anos. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse compreender o que foi dito mas que alguns dos factos não serão tão lineares, esclarecendo que ao longo do processo foram várias as tentativas para reunir com a entidade que emitiu parecer desfavorável o que se revelou impossível, foram efetuadas várias reuniões com o promotor que após requerimentos vários, incluindo a invocação de que estaríamos perante um deferimento tácito do procedimento, não foi possível chegar a consensos. Continuou dizendo que houve depois uma alteração ao projeto inicial, numa tentativa de aligeirar o impacto da edificação, que posteriormente foi abandonada. Esclareceu ainda que a mesma jurista, em situações distintas, ou seja, quando colaborava com a Câmara e em fase posterior em representação do promotor, tenha emitido pareceres com sentidos opostos, o que considerou estranho visto estarmos perante o mesmo processo e os mesmos factos. -----

----- Disse ainda que o indeferimento é de acordo com as informações técnicas emitidas e é legítimo e realçou que o promotor se assim não o entender poderá accionar os meios que considere adequados. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Reforçou que não pretendia censurar a posição da câmara, mas sim levar a uma reflexão acerca da demora dos procedimentos que leva à perda de investimentos. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse não pôr em causa a morosidade do procedimento mas não sem realçar que da parte da Câmara houve toda a disponibilidade para se tentar chegar a um consenso impossibilitado pela posição desfavorável do IGESPAR, que impediu o desenvolvimento do projeto como pretendido. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Silvino Manuel Gomes Sequeira**, subscrita pelos **Vereadores do Partido Socialista**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “O meu voto favorável é coerente, desde que estou na vida pública nunca votei contra pareceres técnicos, portanto em coerência com esse princípio, quanto mais não seja, votei favoravelmente.” -----

----- **TRAÇADO DA ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE A EN 114 E A EM 583 (AZINHEIRA) – PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DE SOLOS INTEGRADOS EM ÁREAS DE RAN – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROJETO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é concordar com os fundamentos apresentados, reconhecendo a Utilidade Pública Municipal dado tratar-se de uma infraestrutura que de forma inequívoca irá fortalecer a rede de infraestruturas da cidade e em simultâneo o desenvolvimento empresarial e submeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

----- Solicitou que lhe fosse esclarecido se o acordo feito com a Sibelco se mantém, no sentido desta via ser feita se houver comparticipação comunitária e que aquilo que seria investimento autárquico ser suportado pela empresa -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Questionou se o assunto não tinha já sido presente à Assembleia Municipal para declaração de interesse público no anterior mandato. -----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Esclareceu que o traçado da estrada será suportado pela Sibelco e que a Câmara aprovou, em tempo oportuno, o traçado e que neste momento, sendo que a concretização da revisão do PDM não será imediata, esta será a forma de agilizar o processo. -----

----- VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

----- Acerca da atividade desenvolvida pela empresa, questionou como está a ser feita a exploração do subsolo, visto esta ser uma preocupação dos habitantes da zona. Mais informou que no mandato anterior o executivo tentou saber junto da administração central qual era o ponto de situação da exploração, dada a preocupação da estabilização de terrenos, mas que sendo as competências de monitorização e fiscalização da administração central a autarquia não teria qualquer influência no desenrolar do processo. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Informou que, na altura e na sequência dos contactos com a entidade com competência no licenciamento e fiscalização da exploração, foi indicado que seriam fornecidos à autarquia dados para o regular conhecimento da situação e para acompanhamento do desenrolar do processo e disse que gostaria de saber se essa informação tem vindo a ser disponibilizada. -----

----- VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

----- Questionou se no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal essa situação não poderia ficar salvaguardada através de uma intervenção direta da parte da autarquia, reconhecendo, no entanto, que é uma situação que pode extravasar as competências

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

dos próprios órgãos autárquicos. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse que se trata de uma situação em que o licenciamento e a exploração não são da responsabilidade da Câmara Municipal, reconhecendo que tem havido algumas reclamações de moradores na zona envolvente acerca de fissuras que eventualmente poderiam ter sido provocadas pela exploração de areias. Informou que os serviços por diversas vezes se deslocam ao local e que efetivamente a Câmara tem recebido a monitorização das entidades sobre a evolução da exploração, mas reforçou que mesmo se tratando de uma situação dentro do concelho e quase dentro da cidade, a Câmara nada pode fazer não em termos de competências legais. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE RIO MAIOR – VISÃO E ESTRATÉGIA PARA 2025 E PLANO DE AÇÃO PARA 2030**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é concordar com a proposta do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Rio Maior – Visão e Estratégia para 2025 e Plano de Ação para 2030 e submeter à Assembleia Municipal para aprovação no âmbito das suas competências em matéria de planeamento e desenvolvimento. -----

----- Apresentou o documento como sendo um instrumento prospetivo que pretende contribuir para que o rumo do concelho de Rio Maior seja sustentável, olhando as oportunidades e desafios que o território possui a diferentes escalas. Continuou dizendo que esta proposta representa o resultado da reflexão técnica desenvolvida pela empresa Augusto Mateus e Associados relativamente aos moldes e formatação da estratégia a adotar pelo município até 2025, tendo por base o conjunto de reuniões efetuadas entre a equipa de trabalho daquela empresa e a equipa da Câmara Municipal de Rio Maior, as diretivas resultantes das reuniões de trabalho individuais e coletivas que foram realizadas com as entidades e os atores económico sociais com presença no concelho, bem como o processo de recolha e tratamento de informação, estatística e documental. -----

----- Concluiu dizendo que tal como decorre do documento procurou-se, no essencial, olhar o território de forma integrada e articulada, analisando as diferentes realidades setoriais, territoriais e programáticas em que este se encontra inserido, percebendo a sua dinâmica interna, as lógicas específicas e muito próprias de Rio Maior e a sua dinâmica externa, a relação de Rio Maior com os territórios limítrofes. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA CRISTINA LOBATO PINTO FRÓIS DE FIGUEIREDO E SILVA** -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que se trata de um documento estratégico que indica um rumo para o concelho de Rio Maior e lamentou não ter tido oportunidade de o estudar convenientemente, visto o ter recebido por correio electrónico apenas um dia antes da reunião e que por motivos de ordem profissional não teve oportunidade de o estudar, mesmo tendo recebido, no final da tarde, uma cópia em papel. -----

----- Referiu que não se sente assim em condições de se pronunciar em nenhum sentido, em relação a um trabalho que envolveu uma equipa multidisciplinar, uma equipa de entidades públicas, de entidades privadas, um gabinete com reconhecido trabalho a nível nacional. Salientou que não se pronunciará de forma negativa sem apresentar uma alternativa, que a abstenção num documento desta natureza não faz qualquer sentido, ou se concorda ou não se concorda, e que também não poderá votar a favor um documento que não conseguiu trabalhar em apenas um dia. -----

----- Assim, afirmou que terá todo o gosto em estudar o documento mas nesta reunião não irá votar este ponto. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por dizer que teve o privilégio de acompanhar algumas das reuniões por fazer parte da Comissão de Acompanhamento à elaboração do documento pela equipa técnica do Professor Augusto Mateus, conhecedor da região, do país e neste particular do concelho de Rio Maior. Realçou ainda que, para além da equipa técnica, a elaboração do documento teve o envolvimento profundo dos serviços do município, dos técnicos municipais e de algumas entidades. -----

----- Referiu que num período de incerteza, de insegurança e de crise este documento tem por objetivo definir algumas orientações, algumas estratégias para os próximos quinze a vinte anos, e assinalou algumas situações que lhe pareceram importantes, tais como a consolidação da aposta estratégica no desporto feita anteriormente como não estando esgotada inclusive com a possibilidade de criar novas oportunidades e de ser ainda valorizada, reforçando a estratégia do passado que foi bem conseguida e que tem de facto caminho para andar; a ligação entre o meio rural e a cidade, a ruralidade de excelência é bem patente num desenvolvimento harmonioso que se quer da cidade e do meio rural, na oportunidade de pela proximidade a Lisboa, se apostar numa qualidade de vida excepcional que seja atrativa e que fixe pessoas; os recursos naturais e patrimoniais que conjugados com a localização geográfica de Rio Maior se poderá transformar numa porta principal de acesso às Serras de Aire e Candeeiros, como entrada principal da zona metropolitana de Lisboa, distinguindo alguns dos *ex libris* do concelho, nomeadamente as Salinas, a Villa Romana e até

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

mesmo a própria Mina do Espadanal que poderá vir a ser, não de imediato, mas a longo prazo um potencial de referência a nível turístico. -----

----- Realçou a capacidade produtiva de Rio Maior, as potencialidades em termos de indústria, em termos de terrenos, em termos de *know how* de algumas atividades e relembrou a esse respeito a produção de vinho e os prémios que produtores de Rio Maior têm vindo a conseguir, com explorações bem equilibradas, bem sustentadas e que efetivamente comprovam a capacidade que os riomaiorenses têm de criar riqueza e de serem inovadores. -----

----- Disse, por fim, que não pode deixar de votar favoravelmente este documento e reconheceu que em período de incerteza e de insegurança não se pode procurar neste documento um rumo perfeitamente definido que leve ao sucesso, e que do mesmo constam, isso sim, orientações muito sérias que podem guiar em termos de aposta para o executivo, em termos de visão para os empresários, em termos de estratégia conjunta, porque considera que o desenvolvimento estratégico não é só uma obra da Câmara Municipal mas sim uma obra que deve ser comungada e deve ser conjugada com todos os agentes económicos. Acrescentou ainda que este documento pode contribuir para a coesão social em Rio Maior e o seu conteúdo pode ser muito importante, podendo sempre vir a ser melhorado com a ação e a participação de todos os agentes. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Afirmou compreender que a Câmara tem necessidade de ter um documento desta natureza e disse ser bom que Rio Maior, a Câmara e o executivo o tenham e referiu que a sua experiência de vida autárquica mostrou que planos e instrumentos de planeamento têm que existir. -----

----- Corroborou parte da intervenção da Vereadora Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva no que respeita à falta de tempo para análise profunda do documento, apenas dois dias, e como tal a sua intervenção parte dos seguintes pressupostos: o primeiro de que a Câmara tem necessidade de ter o planeamento das iniciativas que queira vir a desenvolver e o segundo, num sentido pragmático, qual a verdadeira utilidade deste plano em termos de concretização. -----

----- Relembrou que nos últimos trinta anos, as perspetivas para Rio Maior prometiam muito e nenhuma delas se concretizou, dando como exemplos a hipótese da mina poder ser reactivada, o aeroporto de Ota e a importância que revestia para o desenvolvimento e estratégia e o TGV que teria uma estação na área do concelho. Realçou, perante isto, que uma coisa é o virtual e outra coisa é a prática e questionou qual é o objetivo, concretamente o que é que se pretende, e quais os caminhos a

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

seguir para se atingir o objetivo. -----

----- Disse ter pena de não ver presente nas reuniões de acompanhamento do plano estratégico de desenvolvimento de Rio Maior um grande potencial, que não é meramente virtual, a Escola Superior de Desporto. Considerou esta questão importante pelo facto de, em sua opinião, este ser um dos potenciais exequíveis no concelho de Rio Maior. Fez notar que existem hoje cerca de setecentos, oitocentos alunos e que a escola tem capacidade para mais do dobro, o que teria um impacto enorme em termos do setor imobiliário em Rio Maior, da dinamização do concelho, para além da afirmação social, cultural. Reforçou que, em sua opinião, esta parece ser uma das portas que se abrem para que Rio Maior tenha uma outra perspectiva de futuro que é exequível e que quando se fala de exequibilidade de um plano estratégico de desenvolvimento há que ser práticos e realistas acerca do momento que se atravessa com todos os constrangimentos do plano de ajustamento. -----

----- Concluiu dizendo compreender que a Câmara tem que ter o plano e que tendo sido feito pela empresa Augusto Mateus e Associados tem outro peso e voltou a lamentar ter recebido o documento com apenas dois dias de antecedência. -----

----- Disse ainda que se fosse possível gostaria de saber concretamente um objetivo a atingir e quais os caminhos que se indicam para atingir esse objetivo. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Iniciou por dizer que esteve presente em todas as reuniões que se realizaram e lamentou a fraca participação nos vários seminários efetuados, onde se abordaram várias temáticas, e nas várias reuniões que houve na câmara, admirando-se muito pelo facto de pessoas que, tendo sido convidadas para as diversas ações, estavam sempre indisponíveis e afirmou que a sua ausência fez com que o documento não tivesse ainda mais rico.-----

----- Endereçou os parabéns a todos os técnicos da Câmara e funcionários que colaboraram abertamente na valorização do documento e agradeceu à equipa da empresa Augusto Mateus e Associados por toda a disponibilidade que manifestaram na melhoria do documento e no ultrapassar dos constrangimentos que foram aparecendo e que provocaram a alteração do documento por diversas vezes. -----

----- Acrescentou que também as reuniões da Comissão de Acompanhamento serviram para limar algumas arestas e que é evidente que este plano, sendo a quinze/vinte anos, é um plano dinâmico, não é estanque e, como tal, o que hoje está retratado no documento amanhã poderá estar totalmente ultrapassado. -----

----- Justificou que os documentos não foram entregues mais cedo pelo facto da equipa técnica ter que fazer alguns ajustes ao conteúdo resultantes da última reunião

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

da Comissão de Acompanhamento, atrasando assim a disponibilização do documento final em data anterior. -----

----- Em relação ao objetivo concreto e áquilo que o documento prevê, julgou ser de reforçar e tirar partido da estratégia do desporto em todas as suas valências e do turismo/visitação, visto estar provado que o nosso concelho revela a tendência para o turismo visitação, considerando muito importante todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido à volta das Salinas e dizendo que mais haverá para fazer e que todos os outros temas de património que temos poderão ajudar a aumentar esta tendência da visitação. -----

----- Referiu que tem que se continuar a apostar, a incentivar e a divulgar a atividade agro-pecuária e a indústria no e do concelho assim como os produtos específicos e característicos de Rio Maior. -----

----- Disse ainda que as obras que têm sido feitas nos últimos vinte/vinte e cinco anos por todo o concelho, e na cidade, têm tornado o concelho mais apelativo para aqueles que nos visitam e para os que cá moram e, sem dúvida, a Escola Superior de Desporto e a Desmor que têm e irão continuar a ter um papel importante nesta dinâmica. Esclareceu ainda que estas entidades, embora não tivessem vindo às reuniões da Comissão de Acompanhamento, deram os seus contributos. Afirmou também que toda a dinâmica que está criada com a tríade Escola Superior de Desporto, Desmor e Câmara Municipal, em muito irá enriquecer e contribuir para que o plano deixe de ser meramente virtual e venha progressivamente a ser uma realidade construída sobre a base que já existe. Salientou que compete a todos e a todas as entidades, em colaboração, a concretização da estratégia traçada e lamentou mais uma vez a pouca participação nas várias reuniões e sessões realizadas porque considerou que possivelmente o resultado seria outro. -----

----- Felicitou, mais uma vez, a equipa do professor Augusto Mateus pelo trabalho desenvolvido e reforçar, mais uma vez, toda a colaboração por parte dos funcionários da Câmara. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Agradeceu todas as intervenções, concordou e reforçou o agradecimento a todos os técnicos envolvidos e a todos aqueles que fizeram parte da Comissão de Acompanhamento. -----

----- Sobre o documento, disse tratar-se de um instrumento fundamental e que possivelmente mais se teria a ganhar se a comissão criada fosse mais alargada, justificando que tal não foi levado adiante porque tornaria todo este processo ainda mais moroso o que impossibilitaria ter um documento final elaborado em tempo útil.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

Acrescentou que a realidade é que para a Câmara poder vir a dispor de um conjunto de possibilidades para entidades públicas, e indiretamente para os privados, como a regeneração urbana, só havendo a instrumentalização estratégica poderá realizar-se o avanço de projetos. Reforçou que este plano terá que estar em constante atualização e aperfeiçoamento. -----

----- Disse ainda que prefere entender que se trata mais de um documento técnico do que propriamente de um documento político, na medida em que no campo político, se fala em realidades mais virtuais, enquanto no campo técnico se fala em factos concretos e naquilo que efetivamente há e se pode valorizar. Considerou que é essa postura que nos poderá distinguir face à região e face aos demais municípios. Salientou que a valorização do concelho e a articulação com todos os agentes operadores no nosso concelho, no sentido de valorizar aquilo que de melhor temos e nos distingue, trabalhando de forma muito próxima com todas as entidades que também nos regulam e que nos tutelam, e acreditando que se existir um relacionamento estreito será mais fácil sensibilizar e ultrapassar determinadas situações também elas estão reguladas legalmente e que não se podem evitar. Notou que se tivermos esta capacidade de promover o bom relacionamento com as outras entidades, podemos chegar a consensos em matérias comuns. -----

----- Concluiu dizendo, novamente, que muito embora se trate de um documento de políticas e estratégias para o nosso concelho, entende-o acima de tudo como um documento técnico, com todo o contributo dos muitos técnicos e outras entidades participantes que se disponibilizaram para colaborar na elaboração do documento e acrescentou que quem não esteve disponível haverá certamente outras oportunidades porque se trata de um documento dinâmico sobre o qual se irá trabalhar melhorando-o e actualizando-o sempre que tal se mostre necessário. -----

----- (A Vereadora Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva ausentou-se da sala durante a votação.) -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Votei favoravelmente este documento na expectativa de que o plano de ação proposto seja realizável e corresponda àquela visão que temos para o concelho de Rio Maior, de um concelho com desenvolvimento sustentado.” -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Silvino Manuel Gomes Sequeira**, que se transcreve na íntegra: -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

----- “ Votei favoravelmente pela razão que explicitiei na minha anterior intervenção das razões que me levaram a votar favoravelmente. Entendo que este executivo, ou outro, terá que ter sempre um chapéu-de-chuva, do tipo de plano estratégico de desenvolvimento, para a gestão normal da vida da Câmara. Votei também favoravelmente atendendo a que neste documento está uma empresa que tenho o máximo de respeito e de consideração pela seriedade, pela honestidade daquilo que efetivamente faz, refiro-me à Augusto Mateus e Associados. Assim como todos os riomaiorenses que foram envolvidos neste processo. Senhora Presidente, isto porque é que votei favoravelmente, só para ficar como declaração de voto para mais tarde, para memória futura, para que não digam que eu não tive razão, para que daqui a dezassete anos digam, que havia um vereador chamado Silvino Manuel Gomes Sequeira que disse o que disse, mas que não tinha razão nenhuma para aquilo que disse. Tenho muitas dúvidas que algo se concretize. Nós somos um país em que mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. Isto é tão rápido, é tão célere que a verdade de hoje, como dizia um antigo dirigente ligado ao futebol, é a mentira de amanhã. Espero que não, espero que alguma coisa se concretize, é tão-somente, mas sou muito pessimista à concretização do que quer que seja que está envolvido nisto, que num país normal, numa situação normal era fundamental para uma estratégia de desenvolvimento, mas temos a realidade que temos e é com ela que temos que viver. Mas votei favoravelmente pelas razões indicadas. -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas n.º 5/2013 referente à sessão ordinária de 8 de março, n.º 6/2013 referente à sessão ordinária de 22 de março, n.º 7/2013 referente à sessão ordinária de 12 de abril, n.º 8/2013 referente à sessão ordinária de 22 de abril, n.º 9/2013 referente à sessão ordinária de 10 de maio e n.º 10/2013 referente à sessão ordinária de 27 de maio. -----

----- Aprovada a ata n.º 5/2013 por unanimidade dos presentes. -----

----- Aprovada a ata n.º 6/2013 por maioria dos presentes com 3 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- Aprovada a ata n.º 7/2013 por unanimidade dos presentes. -----

----- Aprovada a ata n.º 8/2013 por maioria dos presentes com 4 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- Aprovada a ata n.º 9/2013 por maioria dos presentes com 5 votos a favor e 1 abstenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 10/2013 por maioria dos presentes com 5 votos a favor e 1 abstenção. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 14 DE JUNHO DE 2013

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram doze horas e cinco minutos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____